

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO DE ESTADO
(Dos Srs JANDIRA FEGHALI e JORGE SOLLA)

Requer a convocação do Senhor Marcelo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde para prestar esclarecimentos sobre o fim da emergência sanitária provocada pela Covid-19 e a edição de portarias sem pactuação com Estados e Municípios.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 219, I e § 1º, do Regimento Interno, a CONVOCAÇÃO do Ministro de Estado da Saúde, Senhor Marcelo Queiroga, para prestar esclarecimentos sobre o fim da emergência sanitária provocada pela Covid-19 e a edição de portarias sem pactuação com Estados e Municípios.

JUSTIFICAÇÃO

Há dois anos convivemos com os dilemas, as preocupações e os dramas da pandemia Covid-19. Neste período, quase 700 mil vidas foram perdidas. Com a imunização e a ação de Estados, Municípios e do Distrito Federal a situação atual é bem menos dramática, mas ainda exige atenção. Novas cepas e a recusa de parte da população em se vacinar são motivos de constante preocupação.

Neste contexto, o anúncio, por parte do Ministro da Saúde de publicação de um ato normativo colocando fim na emergência sanitária provocada pela Covid-19 merece uma discussão nesta Comissão de Seguridade Social e Família. Matéria veiculada no jornal Folha de São Paulo sobre tal anúncio informa que *“Somente no Ministério da Saúde, 170 regras podem ser impactadas com o fim da emergência sanitária. O ministro, entretanto, não deu detalhes sobre como ficariam essas medidas. Entre as mais sensíveis está a autorização de uso emergencial de vacinas e remédios. Pessoas que têm trabalhado no assunto dizem que estudam um meio de não prejudicar o uso da Coronavac, que tem autorização emergencial. As vacinas*



da Pfizer, Janssen e AstraZeneca/Oxford já têm o registro definitivo e não sofreriam nenhum impacto com o fim da emergência sanitária.”

Esta Comissão já havia aprovado requerimento, na forma de convite, para que o Ministro se posicionasse sobre o tema da mais alta relevância e, em 18 de maio, na impossibilidade de sua vinda à Comissão, foi nos dada a opção de irmos ao Ministério para que os esclarecimentos fossem prestados e as dúvidas sanadas. Ocorre que, durante o encontro, o Ministro se exaltou com os questionamentos feitos e se pôs a destratar instituições públicas e gestores municipais e estaduais. A certa altura chegou a desafiar os parlamentares presentes a convocá-lo, caso não estivessem satisfeitos.

Acreditamos que nenhum deputado saiu satisfeito de uma reunião onde nenhuma dúvida foi esclarecida. Fundamental, portanto, convocar o Ministro, conforme ele próprio propôs, para debatermos o momento atual da pandemia e as medidas a serem tomadas para que haja segurança no relaxamento das medidas emergenciais.

Não menos preocupante é a edição de portarias sem a devida pactuação com Estados e Municípios. A gestão tripartite é base das políticas públicas de saúde. A Comissão Intergestores Tripartite (CIT) é um avanço e constitui-se como foro permanente na construção de pactos nacionais, estaduais e regionais no Sistema Único de Saúde. Ouvir gestores estaduais e municipais para a elaboração de normas que serão operacionalizadas na ponta do sistema é fundamental para produzir resultados eficientes e condizentes com as necessidades da rede pública. O êxito das políticas públicas de saúde, inclusive, depende deste compromisso entre os entes para sua melhor organização e funcionamento.

Como exemplo de normas editadas sem a devida pactuação podemos citar as portarias que instituem incentivos financeiros de custeio; a que trata de assistência à saúde materno-infantil e da mulher; a de repasse de recursos destinados à realização de novos exames de pré-natal; a que institui a Rede de Atenção Materna e Infantil, entre outras.

Pelo exposto, consideramos urgente que o Ministro da Saúde preste



esclarecimentos, motivo pelo qual conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 2022.

Deputada Jandira Feghali
PCdoB/RJ

Deputado Jorge Solla
PT/BA





Requerimento **(Da Sra. Jandira Feghali)**

Requer a convocação do Senhor Marcelo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde para prestar esclarecimentos sobre o fim da emergência sanitária provocada pela Covid-19 e a edição de portarias sem pactuação com Estados e Municípios.

Assinaram eletronicamente o documento CD221541978700, nesta ordem:

- 1 Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ)
- 2 Dep. Jorge Solla (PT/BA)

